

Mudança de humor

Falar em otimismo é um exagero, mas o humor dominante no mercado financeiro sem dúvida mudou, e muito sensivelmente, no final de semana. Até quinta-feira, havia a expectativa de várias notícias positivas, como o entendimento com o Fundo Monetário Internacional, a aprovação da CPMF pela comissão especial da Câmara e a liberação de recursos de entidades multilaterais. Mas tudo isso vinha sendo insuficiente para dissipar o pessimismo, ou, no mínimo, para atenuar a sensação de insegurança. O grande fator de mudança foi mesmo a ação da nova diretoria do Banco Central, comandada pelo economista Armínio Fraga. Com as decisões de quinta-feira e com a entrevista coletiva de Fraga, o mercado, pela primeira vez em muitas semanas, foi posto diante de um rumo bem definido. O BC está vivo, comentaram operadores e analistas do mercado financeiro – e esta verificação foi um fato político de enorme importância.

Com a definição de um rumo, as boas notícias previstas para o fim de semana ganharam novo colorido. O dinheiro adicional do FMI e de outras fontes servirá para algo mais que um aumento de reservas. Esse dinheiro poderá ser usado para intervenções no mercado cambial, uma novidade incluída no acordo renegociado. Mas será utilizado – este é um ponto fundamental – de acordo com uma política muito mais clara que toda a orientação anterior.

A partir de agora, o BC estará concentrado na busca de uma determinada taxa de inflação. A interferência no câmbio será para criar um mínimo de ordem no mercado, condição indispensável à contenção da alta de preços. A autoridade monetária, como ficou bem estabelecido, agirá, em relação ao câmbio, sem aviso prévio e sem se comprometer com uma determinada paridade – apenas para impedir a instabilidade excessiva. O mercado será o principal fator na determinação das cotações e cada operador terá de correr os riscos. Com a nova munição em poder do BC, os riscos passam a ser consideráveis.

Nesse novo quadro, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e Armínio Fraga terão melhores condições, provavelmente, para explicar ao mundo financeiro o acordo com o FMI e a nova fase da política brasileira. Eles deverão viajar ao exterior na próxima semana e, pouco mais tarde, outros emissários do Executivo deverão cumprir tarefa semelhante no Japão. Os funcionários brasileiros terão, agora, argumentos mais fortes para propor o restabelecimento do fluxo de dólares para o Brasil, apressando a superação da crise cambial.

O futuro do real, no entanto, vai depender de



ações mais amplas que a política monetária. A advertência foi formulada pelo próprio Armínio Fraga, na primeira entrevista coletiva. Ele evitou entrar em pormenores, mas certamente pensou em política fiscal e outras ações de responsabilidade do Executivo, como a estratégia de comércio exterior. Para restabelecer a confiança na economia brasileira, o conjunto do governo terá de mostrar muito mais serviço que nos últimos meses. Algo nessa direção começou a ser feito na

última semana, com a divulgação do minipacote fiscal. Esse minipacote inclui um reforço do lado tributário e novos cortes prometidos na despesa.

Além disso, o Ministério de Orçamento e Gestão divulgou, na quinta-feira, a contenção de gastos do primeiro bimestre, cerca de R\$ 2,3 bilhões. Mais R\$ 300 milhões devem ser podados neste mês. Falta ver se o Executivo conseguirá evitar, de agora em diante, o afrouxamento da política orçamentária. Haverá pressões para recompor ou ampliar as despesas com pessoal, ou para apoiar programas de Estados e municípios. O presidente da República e sua equipe terão de mostrar mais firmeza do que exibiram até agora – e competência política para neutralizar as cobranças. Os entendimentos com governa-

dores e prefeitos foram razoavelmente bem-sucedidos até agora, mas ainda pode haver armadilhas no caminho.

A superação da crise cambial dependerá, também, da melhora de resultados no comércio exterior. Não bastará a mera redução de importações. Será preciso obter mais dólares com exportações, no menor prazo possível. Por enquanto, o financiamento aos exportadores continua escasso, principalmente

porque os bancos estrangeiros permanecem arredios. Será preciso, de imediato, mobilizar os bancos nacionais, a começar pelos do setor público. Mas também será indispensável, a partir daí, um esforço pa-

ra conseguir financiamentos dos bancos estrangeiros – vários deles com grandes lucros em janeiro, graças à desvalorização. Um grande esforço comercial dará credibilidade à política de recuperação e facilitará a atração de capitais. Mas será indispensável, para isso, mobilizar todo o governo para trabalhar com maior coordenação e maior eficácia – num padrão mais parecido com o demonstrado, nos últimos dias, pela nova diretoria do Banco Central.

A nova chefia do BC estreou bem, mas o governo apenas começou a reconstruir a confiança